



-----**Mandato 2017/2021** -----

-----**Conferência de Representantes dos Grupos Municipais** -----

-----**Ata Número Trinta e Sete** -----

---Aos dezassete dias de Junho de dois mil e dezanove reuniram na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento em vigor, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Helena Roseta, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo.-----

---Esteve ainda presente, nos termos do número três do artigo vigésimo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, e, em representação da Câmara Municipal de Lisboa, o Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva que, também, assinou a referida lista.-----

---Às catorze horas e trinta e oito minutos, a Presidente deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1. Aprovação das atas n.º 32, 34, 35 e 36 (Doc 1, Doc 2, Doc 3 e Doc 4) -----
- 2. Lista de matérias e assuntos pendentes (Doc 5) -----
- 3. Actualização do Calendário (Doc 6) -----
- 4. Outro Assuntos-----

----**A Senhora Presidente** agradeceu aos Senhores Representantes, aos Senhores Funcionários e em particular à Mesa, e ao Senhor Primeiro Secretário Rui Paulo Figueiredo que tinham assegurado os trabalhos sem quebra do ritmo e de intensidade dos trabalhos da Assembleia durante o período da sua suspensão de mandato.-----

Ponto 1. Aprovação das atas n.º 32, 34, 35 e 36-----

----**A Senhora Presidente** colocou à consideração dos Senhores Deputados as atas n.ºs 32, 34, 35 e 36.-----

----**O Senhor Deputado Modesto Navarro** disse que na página 13 da ata 32 existia uma gralha na palavra acordo, e solicitou a sua correção.-----

----**A Senhora Presidente** perguntou se poderia colocar as atas à votação, com a correção solicitada pelo Senhor Deputado Modesto Navarro.-----

---Não havia objeções, pelo que iria colocar à votação a Ata n.º 32 de 25 de Março, a Ata n.º 34 de 15 de Abril, a Ata n.º 35 de 6 de Maio e Ata n.º 36 de 20 de Maio. Não houve votos contra, nem abstenções, as atas n.º 32, 34, 35 e 36 foram aprovadas por unanimidade, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que não estiveram presentes nas referidas reuniões.-----



----Continuou, dando conta que o Senhor Presidente da Câmara no dia seguinte, às 19H00, tinha um compromisso de Estado inadiável, e tinha pedido se era possível fazer a apreciação da Informação Escrita antes do PAOD.-----

----**O Senhor Deputado Modesto Navarro** lembrou que já tinha acontecido noutras circunstâncias esse pedido e pensava que a questão era muito clara o Período Antes da Ordem do Dia, PAOD, era mesmo o Período Antes da Ordem do Dia, e deveria ser respeitado.-----

----**O Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva** esclareceu que o motivo pelo qual o Senhor Presidente teria que se ausentar a partir da 19h00 estava relacionada com a receção ao Senhor Presidente da República da Áustria.-----

----**A Senhora Presidente** declarou que em qualquer circunstância o Senhor Vice-Presidente da Câmara poderia representar o Senhor Presidente quer na receção, quer na Assembleia Municipal.-----

----De todo o modo, uma vez que existia um pedido formal da Câmara para a alteração da Ordem de Trabalhos iria colocar à consideração dos Senhores Representantes. Assim, perguntou quem não concordava com a alteração da Ordem de Trabalhos.-----

----Registou que não concordava com a alteração o PEV, o BE, o CDS-PP, o PCP, o PPM e o PAN, o PS concordava com a alteração.-----

----Conclui que não existindo consenso a Ordem de Trabalhos não seria alterada, uma vez que a sua alteração obrigava a um consenso.-----

Ponto 2. Lista de matérias e assuntos pendentes-----

----**A Senhora Presidente** sobre o presente ponto deu conta de que tinham quatro petições prontas para serem agendadas e sugeriu que se dedicasse uma ou duas sessões à discussão das mesmas, a 25 de Junho ou a 2 de Julho, conforme a agenda dos trabalhos e a disponibilidade dos peticionários.-----

----Relativamente às propostas da Câmara, lembrou que a Proposta 525/CM/2018, sobre o Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE), era a proposta mais atrasada, e esse atraso era da sua responsabilidade, uma vez que tinha sido ela mesma a levantar o problema e tinha transmitido ao Executivo que não queria agendar a proposta enquanto não percebessem o impacto financeiro que essas alterações iriam provocar. Explicou que a apreciação da proposta tinha sofrido prorrogações sucessivas, que o seu gabinete coordenado com o gabinete do Senhor Presidente em exercício tinham solicitado os orçamentos para o parecer, e esses orçamentos para se fazer a avaliação da alteração do valor dos terrenos eram muito elevados, e tinha-se chegado à conclusão que não se justificava.-----

----Explicou que tinham várias possibilidades ou pediam essa mesma avaliação apenas para os terrenos que pertenciam a entidades com fins lucrativos, para não prejudicarem as



entidades que não tinham fins lucrativos que estavam com receio de sofrerem com uma eventual especulação. Falavam com a 3ª Comissão e poderiam fazer uma apreciação “partida”, na qual fariam a aprovação para as entidades sem fins lucrativos e tentavam avaliar o impacto, em termos do valor do terreno, para as entidades com fins lucrativos. Mesmo que não conseguissem fazer a avaliação rapidamente de todas as parcelas talvez pudessem fazer de uma amostragem para poderem ter uma ideia.-----

----Explicou que o objectivo de pedir essa avaliação era que as entidades visadas passariam a ter um património mais valioso em termos de mercado e portanto com a alteração simplificada do PUALZE deixavam de ter equipamentos e poderiam fazer habitação e serviços o que valia sempre mais e portanto poderiam vir a vender ou a negociar esses terrenos a valor mais elevados. Contudo, o processo de alteração simplificada do PUALZE não previa nenhuma contrapartida para o interesse público em função desse aumento de valor do património, e na sua opinião deveria prever, quanto mais não fosse, não tanto em função do aumento do valor do património, mas em função da diferença de usos, porque se em vez de ser um equipamento passasse a ser habitação, isso implicava que existia uma carga de estacionamento, entre outros. E não existia nenhuma proposta dos serviços no sentido de aproveitar a alteração do PUALZE para exigir, com base num estudo, essa compensação.

----Assim, por essas razões o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo tinha-lhe perguntado se poderiam aguardar pelo seu regresso, uma vez que tinha provocado esse atraso e tinha consciência que estava a prejudicar pessoas com esse atraso, e assim estava a colocar em cima da mesa as hipóteses que tinham.-----

----Desse modo, talvez fosse mais operacional pedir uma reunião à 3ª Comissão, perceber o que era que a comissão já tinha avançado, para expor essas várias hipóteses, perceber o que era que a 3ª Comissão pensava sobre essas várias hipóteses e perante isso poderem tomar uma decisão de metodologia de como iriam desbloquear a situação, se a Conferência concordasse.-----

----**A Conferência** concordou que a Senhora Presidente reunisse com a 3ª Comissão sobre a matéria do PUALZE.-----

----**A Senhora Presidente** solicitou que pedissem à 3ª Comissão uma reunião em que pudesse estar presente para tratar dessas matérias, e sugeriu que o Senhor Vereador do Urbanismo também fosse convocado.-----

----Relativamente à proposta 85/CM/2019, alteração simplificada do PDM, perguntou se algum Senhor Deputado a podia esclarecer sobre a matéria.-----

----**O Senhor Deputado Diogo Moura** explicou que a proposta já tinha parecer e que a proposta estava relacionada com o projeto do Quartel dos Bombeiros.-----



----Aproveitou para informar que o parecer da Petição 1/2019 também já estava pronto, e que a mesma poderia ser agendada em plenário.-----

----**A Senhora Presidente** deu conta que a proposta 369/CM/2019 já estava pronta, tratava-se de uma alteração ao Regulamento Municipal para a Reconversão Urbanística das Áreas Urbanas de Génese Ilegal.-----

---- Chamou a atenção para o facto de a Lei de Bases da Habitação alterar essa matéria, uma vez que cometia mais responsabilidades ao Estado na reconversão das áreas urbanas de génese ilegal, só na área urbana de Lisboa tinham mais de 1700 áreas identificadas, das quais apenas 30% tinha processo de reconversão em curso ou aprovado. A Lei que enquadrava essa matéria era um regime extraordinário que terminava em 2021. Assim, essa matéria não tinha uma implicação tão grande na cidade de Lisboa mas tinha uma implicação enorme na Área Metropolitana de Lisboa, o que a Lei de Bases da Habitação iria dizer era que o Estado tinha que criar um programa nacional de apoio ao Municípios para fazerem essa reconversão, uma vez que a reconversão tinha custos elevados e grande parte dos Municípios não tinha capacidade financeira.-----

----Continuou dizendo que as restantes propostas pendentes ainda estavam dentro dos prazos para apreciação.-----

----Lembrou que tinham três debates temático para encerrar e que iria verificar qual era o ponto de situação.-----

----Acrescentou que tinham algumas propostas para entrar nomeadamente de delegação de competências e que faltava ainda uma proposta sobre a delegação de competências do Estado para o Município que ainda não tinha sido aprovada em Câmara, mas que tinha um prazo legal e que seria urgente. Desse modo, o Senhor Vice-Presidente solicitou que no dia 27 de Junho, no dia do Debate Temático, que se comesse mais cedo para poder apreciar a proposta.-----

----**O Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva** explicou que tinha existido um problema com a marcação da reunião ordinária de Câmara que tinha feito com que tivesse existido um atraso, assim a reunião de Câmara sobre essa matéria iria ser no dia 25 de Junho. Portanto, o seu pedido era que pudesse distribuir a proposta ao mesmo tempo que era distribuída aos Vereadores e de seguida pudessem apreciar em reunião de Assembleia no dia 27 de Junho.-----

----**A Senhora Presidente** perguntou se para além da 1ª Comissão a proposta deveria ser vista por outra Comissão.-----

----Perguntou ao Senhor Vice-Presidente quantas propostas se tratavam.-----

----**O Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva** disse que eram duas propostas uma sobre a educação e outra sobre as zonas portuárias.-----



----**A Senhora Presidente** disse que a proposta da educação deveria ser vista também pela 7ª Comissão, e não sabia se teriam tempo suficiente. -----

----Perguntou qual era o prazo de pronuncia da proposta da educação.-----

----**O Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva** disse que, salvo erro, era 30 de junho.-

----**A Senhora Presidente** tendo em conta o prazo perguntou à Conferência se poderiam fazer a sessão a 27 de junho.-----

----**A Conferência** aceitou fazer a discussão da proposta na sessão de 27 de junho.-----

Ponto 3. Atualização do Calendário-----

----**A Senhora Presidente** sobre o presente ponto esclareceu que quando tinha feito, no início do ano, o calendário indicativo de julho tinha deixado em aberto o dia 23, para alguma eventualidade, e depois teriam uma última Sessão a 30 de julho, no presente momento considerava que não existia motivos para deixar o dia 23 em aberto, e sugeriu que a agenda do dia 30 passasse para o dia 23 e ficasse em aberto o dia 30, até porque nesta altura também era época de férias e era mais difícil fazer a gestão.-----

----**O Senhor Deputado Diogo Moura** voltando aos assuntos pendentes declarou que estava na lista como pendente na 8ª Comissão uma Recomendação do CDS-PP e explicou à Senhora Presidente que era uma recomendação que tinha sido agendada na reunião de 9 de Abril, antes ainda da reunião tinha sido contactado pelo Vereador Miguel Gaspar que tinha gostado da proposta, e que a mesma tinha baixado à 8ª Comissão para análise, o senhor vereador já tinha sido ouvido, e antes da Conferência tinha enviado da Senhora Presidente a versão final da Recomendação para ser agendada em plenário.-----

----**O Senhor Deputado Modesto Navarro** referindo-se à questão do PUALZE disse que a Senhora Presidente se tinha referido a duas propostas de estudos e sobre isso lembrou que uma proposta era demasiado barata e a outra era demasiado cara e tinha sido essa diferença que os tinha levado a hesitar e à decisão de que se pedisse um parecer da Câmara Municipal. O parecer da Câmara não tinha resolvido a questão, e se existiam dúvidas as dúvidas tinham continuado.-----

----Em relação à possibilidade de investigar um dos casos para depois avaliarem os outros perguntou se havia condições para fazerem isso, e se não haveria diferenças entre os casos.-

----Declarou que para o PCP era certo que desde junho ou julho do ano anterior já poderiam ter avançado e realmente era uma questão de peso para aquela zona da cidade.-----

----**A Senhora Presidente** declarou que tinha analisado o parecer do Departamento Jurídico e que não acrescentava nada aquilo que já sabiam. E portanto não podia invocar nenhum fundamento legal para pedir o estudo sobre uma matéria que não era obrigatória por lei, contudo existia um fundamento político, e o fundamento político tinha sido apreciado em sede de Conferência e tinham ficado nesse impasse. Do seu ponto de vista, o que existia era uma lacuna na legislação em matéria de regime geral dos instrumentos de



gestão do território, deveria ser a esse nível que se devia identificar o que era uma mais-valia urbanística, não sendo obrigatório saber qual seria a mais-valia gerada, a legislação estava aquém daquilo que seria preciso.-----

---**A Senhora Deputada Aline de Beuvink** deu as boas vindas à Senhora Presidente.---

----Sobre a Petição 1/2019, na qual o PPM era relator, queria dizer que já tinha entregado uma proposta de parecer ao Senhor Presidente da Comissão.-----

----**O Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva** disse que se tinha esquecido de referir que também iriam enviar as contas consolidadas de 2018, bem como os relatórios de atividade do 1º trimestre das empresas municipais.-----

----**A Senhora Presidente** lembrou que sobre essa matéria o que a lei dizia era que a Assembleia Municipal apreciava as contas, e que não as votava.-----

Ponto 4. Outros Assuntos-----

----**A Senhora Presidente** referindo-se ao Debate Temático das Mulheres do Mundo do trabalho e sobre os convites para o mesmo disse que TINHAM com poucas confirmações.—

----Assim solicitava que o PS fizesse uma diligência junto da Senhora Deputada Vanda Guimarães, para saber se poderia estar presente.-----

----Perguntou se o CDS-PP queria fazer uma diligencia junto da Dra. Patrícia Domingos, e se o PAN poderia fazer junto da Dra. Heloísa Perista, e finalmente o PCP junto da Marília Villaverde Cabral.-----

----Solicitou os melhores ofícios de cada um, uma vez que a 1ª Sessão do Debate era já na semana seguinte, para poderem fechar os convites.-----

----**O Senhor Deputado Diogo Moura** queria apenas levantar uma questão relacionada com as gravações das reuniões da Assembleia Municipal talvez devessem pensar, depois das férias, em arranjar uma solução para o registo das Reuniões, uma vez que já tinha acontecido, por mais de uma vez, existirem iniciativas da Câmara no mesmo dia da Assembleia e por isso não tinha havido gravação e transmissão da Sessão de Assembleia. Explicou que a gravação que tinha sido feita tinha sido através do Facebook, e que a qualidade não era a melhor.-----

----Defendeu que, tendo em conta aquilo que era a actividade intensa da Assembleia, talvez fosse a altura de pensar em terem recursos próprios nessa área, não somente de recursos técnicos mas também de recursos humanos, até porque isso poderia servir, não apenas a Assembleia Municipal, mas também o Fórum Lisboa. Considerava que ter esses recursos era uma mais-valia, e esses valores não eram assim tão elevados, e poderiam começar a pensar nisso para o orçamento de 2020.-----



----**A Senhora Presidente** informou que a Dr. Luisa Jacobety tinha feito uma proposta nesse sentido ao Senhor Presidente em exercício, porque tinha sentido essa falta e essa dificuldade.-----

----**O Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva** declarou que em nome da eficiência e da gestão de recursos considerava que mais do que a Assembleia ter um esquema próprio e dedicado inteiramente à Assembleia Municipal, era duplicar o sistema do Município que pudesse ser utilizado por todos e gerido pelo mesmo sítio.-----

----**A Senhora Presidente** defendeu que o problema depois era quem de facto geria esses recursos, porque se os recursos fossem da Assembleia eram coordenados pela Assembleia, se os recursos fossem da Câmara estavam sujeitos à orientação que a Câmara daria, que nem sempre coincidia com a orientação da Assembleia, e essa era a questão.-----

----**O Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva** afirmou que bastava ficar definido que a Assembleia tinha prioridade em relação a todos os outros pedidos.-----

----**A Senhora Deputada Inês Sousa Real** subescreveu o que tinha sido dito sobre o CDS-PP sobre a presente matéria.-----

----Mas queria dar uma nota positiva em relação ao site da Assembleia Municipal, indo ao encontro ao que tinha sido uma preocupação falada em Conferência de estarem mais próximos da população e de se divulgar de uma forma mais ampla o que era o trabalho da Assembleia Municipal, que de facto tinha existido esse esforço, mais notícias. E não queria deixar de referir que tinha um impacto positivo, e que a proposta de reforçar os meios só os iria ajudar a aproximarem-se da população para que pudessem saber o que estavam a fazer na Assembleia.-----

----Não podia deixar de dar essa nota positiva a quem geria o site porque era com agrado que verificavam que existiam muitas novidades no site e que isso só poderia ser bom para a cidade.-----

----**O Senhor Deputado Diogo Moura** ainda sobre o presente tema, e ao contrário do que o que o Senhor Vice-Presidente tinha dito, quando falava em autonomia falava também da mais-valia que era ter uma equipa própria, porque pelo Fórum passavam imensos concertos, congressos, eventos de todo o tipo e muitas vezes pediam serviços de áudio e de imagem, o que também poderia ser uma fonte de receita para a Câmara, assim esse investimento poderia ter um retorno significativo.-----

----**A Senhora Presidente** sobre o retorno financeiro lembrou que os eventos sem fins lucrativos e que eram apoiados pela Câmara eram isentos de pagamento de qualquer taxa.-

----Durante a reunião foram distribuídos os documentos seguintes que se anexam a esta ata e dela fazem parte integrante:-----

-Doc 1 – Draft da Ata n.º 32 de 25.03.2019-----

-Doc 2 – Draft da Ata n.º 34 de 15.04.2019-----



-Doc 3 - Draft da Ata n.º 35 de 06.05.2019-----

-Doc 4 – Draft da Ata n.º 36 de 20.05.2019-----

-Doc 5 – Lista de matérias e assuntos pendentes-----

-Doc 6 - Calendário-----

---Nada mais havendo a acrescentar, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião pelas quinze horas e dezoito minutos, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros que compõem a Mesa.-----

A Presidente _____

A Primeira Secretária em exercício _____

A Segunda Secretária _____